

TANGARÁ DA SERRA

Homem é preso após descumprimento com uso de tornozeleira

>> **Rodrigo Soares**
Redação DS

Elemento estava aparentemente embriagado na região central da cidade, sendo que deveria estar em casa desde as 19 horas, conforme prevê a legislação

Um homem que utilizava tornozeleira eletrônica foi novamente preso pela Polícia Militar de Tangará da Serra, após descumprir a Lei de Execução Penal. O fato aconteceu na noite de sexta-feira, dia 25 de setembro, por volta das 22 horas.

De acordo com informações das autoridades

policiais, o elemento estava aparentemente embriagado na região central da cidade, sendo que deveria estar em casa desde as 19 horas, conforme prevê a legislação brasileira.

A detenção foi realizada devido a rondas que os policiais realizavam na cidade, onde se deparou com o acusado conduzindo uma motocicleta CG 150 preta sem placa, fato que chamou a atenção da guarnição. Para os policiais, o acusado afirmou que tem passagem por homicídio, cometido em Rondonópolis. Ele foi condizido até a Delegacia de Polícia para prestar esclarecimentos. Agora, ele deverá regressar para o regime fechado.



Para os policiais, homem disse que tem passagem por homicídio

VIOLÊNCIA

Tornozeleiras não impedem novas práticas criminosas em MT



Tornozeleiras possuem índice de 11% de descumprimento

>> **Mídia News**

Assaltos a residências, roubos de veículos e porte ilegal de arma são alguns dos crimes que foram praticados por reeducandos que utilizavam tornozeleiras eletrônicas. Nem mesmo o uso do objeto de monitoramento inibe a prática de ilegalidades em alguns casos.

A concessão feita pela Justiça para que os presidiários sejam reinseridos na sociedade inclui, em determinadas situações, a utilização de itens que irão monitorar os passos do reeducando. As tornozeleiras eletrônicas são adotadas pelo Estado para

monitorar presos em regime semiaberto ou domiciliar. Conforme informações da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Mato Grosso (Sejudh-MT), há 1.870 reeducandos sendo vigiados com as tornozeleiras no Estado. O controle dos casos é feito através de uma Central de Monitoramento Eletrônica.

Nos termos firmados judicialmente para que o reeducando utilize o item, é estabelecida uma área de inclusão, onde será permitido que o recuperando transite durante o período em que estiver no semiaberto.

Também são definidos os locais de ex-

clusão, como boca de fumo, prostíbulos ou delegacias.

Implantadas há um ano no Estado, conforme a Sejudh, as tornozeleiras têm índice de 11% de descumprimento por parte dos recuperandos que utilizam o item. Dentre estes, está casos de reeducandos que desobedeceram o termo judicial, além dos que são reincidentes e praticaram algum tipo de crime, enquanto estavam sendo monitorados. Durante o período em que tiver que utilizar o monitoramento, não é permitido que o recuperando retire a tornozeleira dos pés, nem mesmo para tomar banho.

MATO GROSSO

Mercadinhos vendem de bolacha a isqueiros dentro de presídios



Presos são até proibidos de portar esses itens sem que sejam comprados nesses mercados

>> **G1**

Bolachas, cigarros, lâminas de barbear, produtos de limpeza, óleo de cozinha e isqueiros são alguns dos itens que a população carcerária de Mato Grosso não precisa pedir para seus familiares levarem durante as visitas às unidades penitenciárias: os artigos estão disponíveis no interior das próprias prisões, em mercadinhos que funcionam sem regulamentação.

Segundo relatos, os presos são até proibidos de portar esses itens sem que sejam comprados nesses mercados, que praticam preços superiores

aos convencionais.

Procurada, a Secretaria estadual de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), que gere o sistema penitenciário em Mato Grosso, admitiu a existência dos mercadinhos em seis unidades prisionais. Uma delas é a maior do estado, a Penitenciária Central do Estado (PCE), em Cuiabá.

A situação aparece em imagens obtidas dentro da Penitenciária Major Eldo Sá Correa (conhecida como Mata Grande), a segunda maior unidade prisional de Mato Grosso, localizada em Rondonópolis.

Em dia de visita, parentes de presos são

impedidos de levar determinados itens alimentícios devido à obrigatoriedade de comprá-los no mercadinho dentro da prisão.

No caso, sabe-se que o mercadinho é administrado por uma associação de servidores do sistema penitenciário e são servidores que trabalham nesse comércio, por designação da direção da unidade.

Um agente penitenciário membro desta associação afirma que é desconhecido o uso do dinheiro arrecadado com as vendas. Estima-se que a renda diária do mercadinho seja da ordem de R\$ 120 mil.